

AS DUAS DIMENSÕES DA POBREZA: MATERIAL E POLÍTICA

LAS DOS DIMENSIONES DE LA POBREZA: MATERIAL Y POLÍTICA

THE TWO DIMENSIONS OF POVERTY: MATERIAL AND POLITIC

Cláudia Marques ROMA*

Resumo

Pensar nas relações entre os agentes sociais/sujeitos e a visibilidade dos processos sociais, características dos conteúdos existentes nas cidades locais híbridas¹, nos possibilitará melhor compreender as dinâmicas existentes entre a dimensão material e política da pobreza e isso, como parte do próprio conteúdo dessas localidades. Assim, neste artigo discutiremos a questão da pobreza estrutural, a relação entre pobreza e circuito inferior da economia e as questões entre assistência social e assistencialismo, como elementos estruturadores das relações políticas. Demonstraremos, assim, que esses fatores são constitutivos dessas realidades, reforçando a questão da pobreza em suas múltiplas dimensões. Para tratar dessas questões, utilizaremos como recorte empírico a realidade socioespacial das cidades de Pracinha, Flora Rica, São João do Pau D'Alho e Mariápolis, pequenas cidades localizadas na região da Nova Alta Paulista, extremo Oeste do Estado de São Paulo.

Palavras chave: pobreza material, pobreza política, cidades locais híbridas, circuito inferior da economia urbana, relações entre os agentes sociais/sujeitos e a visibilidade dos processos.

RESUMEN

Pensando en la relación entre los agentes sociales/sujetos y la visibilidad de los procesos sociales, las características de los contenidos existente en las ciudades locales híbridas, nos permiten entender mejor la dinámica entre la dimensión material y la dimensión política de la pobreza y que, como parte del contenido real de estos lugares. Así que en este artículo vamos a discutir el tema de la pobreza estructural, la relación entre la pobreza y el circuito inferior de la economía y los problemas entre la asistencia social y el bienestar, como la estructuración de los elementos de las relaciones políticas. Demostrar, por lo tanto, que estos factores son constitutivos de estas realidades, lo que refuerza el tema de la pobreza en sus múltiples dimensiones. Para abordar estas cuestiones vamos a utilizar como corte empírico la realidad socioespacial de las ciudades de Pracinha, Flora Rica, São João do Pau D'Alho, pequeñas ciudades, ubicadas en la región de NOva Alta Paulista, extremo oeste del estado de São Paulo.

* marquesroma@yahoo.com.br

¹ A discussão sobre cidades locais híbridas foi desenvolvida na tese de doutorado, intitulada: O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido. Neste artigo, nos limitamos em analisar as questões relacionadas à pobreza. Assim, não nos aprofundamos nas discussões referentes ao entendimento do que são as cidades locais híbridas. No entanto, ressaltamos que as dimensões da pobreza expressam parte do conteúdo dessas realidade urbanas.

Palabras clave: pobreza material, pobreza política, ciudades locales híbridas, circuito inferior de la economía urbana, las relaciones sociales entre los agentes/sujetos y la visibilidad de los procesos.

ABSTRACT

Thinking about the relationship between social agents/subjects and visibility of social processes, characteristics of existing content in local cities hybrid, will enable us to better understand the dynamics between the material and politic dimension of poverty and that, as part of the actual content of these locations. So in this article we will discuss the issue of structural poverty, the relationship between poverty and lower circuit of the urban economy and the issues between social assistance and welfare, as structuring elements of political relations. Demonstrate, therefore, that these factors are constitutive of these realities, reinforcing the issue of poverty in its many dimensions. To address these issues we will use as clipping empirical reality of socio cities Pracinha, Flora Rica, São João do Pau D'Alho and Mariópolis, small cities located in the region of Nova Alta Paulista, far west of the state of São Paulo.

Key-words: material poverty, poverty politic, local cities hybrid, lower circuit of the urban economy, social relations between agents/subjects and visibility of the processes.

Introdução

A pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas é, acima de tudo, política, que se apresenta como problema social (SANTOS, 1978). Nesse sentido, destacamos a necessidade de pensarmos a pobreza material e política, pois sendo a pobreza um problema social, analisá-la somente pelo viés material (econômico) não nos permite uma abordagem satisfatória sobre a questão. É na inter-relação entre as questões materiais (econômicas) e políticas que se abrange o problema social da pobreza.

Para Santos (2004 [2000], p.69), cada período histórico produziu um determinado tipo de pobreza ou “*três formas de dívida social*”: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural globalizada.

A pobreza incluída era vista como uma pobreza acidental, residual e como um acidente natural ou social de base local. Assim, as soluções eram privadas, assistencialistas e locais. Nesse momento, o consumo ainda não era largamente difundido, tornando a pobreza menos discriminatória (SANTOS, 2004 [2000], p.70).

Em um segundo momento, a pobreza é vista como marginalidade, uma doença da civilização, na qual o consumo se impõe sendo o centro das explicações. Os pobres são chamados de marginais e o enfrentamento dos problemas é dado pelo poder público (SANTOS, 2004 [2000], p.71).

No período atual, a pobreza é estrutural e globalizada. Trata-se de uma pobreza diferente das duas anteriores, uma “*pobreza pervasiva, generalizada, permanente, global*”, pois quem é pobre será pobre em todos os lugares. Nesse processo, presenciamos uma naturalização da pobreza, na qual “*os pobres, isto é, aqueles que são objetos da dívida social, foram já incluídos e, depois, marginalizados, e acabam por ser o*

que hoje são, isto é, excluídos". Na pobreza estrutural globalizada, o desemprego se expande, a remuneração do emprego se torna pior e o poder público se retira das tarefas de proteção social (SANTOS, 2004 [2000], p.72 e 73).

Maria Laura Silveira, analisando o circuito inferior, aponta para a existência de uma pobreza estrutural como produto da crescente racionalização da sociedade e do território, sendo que esse processo de racionalização se globalizando também faz seus produtos, como a pobreza. "*De ese modo, la división del trabajo nacida del neoliberalismo ha sido productora de pobreza y deudas sociales*", e é com a superposição da divisão do trabalho das grandes corporações baseadas em técnica, ciência e informações e mecanismos financeiros que as formas de trabalhar e os lugares se desvalorizam, "*de allí los mecanismos de exclusión y pobreza*" (SILVEIRA, 2008, p. 1476).

Também no sentido de pensar as questões da pobreza no período atual, Quijano (2004) aponta para os processos que conduzem e ordenam a perspectiva atual da América Latina. Como traço principal, destaca a continuada e crescente polarização social da população, e acrescenta que os processos em curso incidem efeitos sobre os trabalhadores, lançando a maioria ao desemprego, à precarização das condições de emprego, à fragmentação social dos trabalhadores e de suas instituições representativas, e a uma crise crescente de sua identidade social. Desta forma, estruturando uma situação de empobrecimento crescente, o aumento proporcional de pobres e dos níveis de pobreza são a tendência presente na situação da América Latina.

Nesse sentido, Antunes (2006, p. 72) aponta que o desemprego e a precarização das relações de trabalho aprofundam-se no início da década de 1970, através da reorganização produtiva em escala global, cujos contornos mais evidentes foram o neoliberalismo, a privatização do Estado e a desmontagem do setor produtivo estatal. Essas questões aprofundam a pobreza e as desigualdades sociais, devido à exclusão de grande parte dos trabalhadores do processo produtivo, o desemprego. Nesse sentido "*ser excluído do processo de exploração do trabalho no capitalismo não se torna um privilégio, e sim um fator de inserção em uma condição de privação e de pobreza...*" (THOMAZ JUNIOR e GONÇALVES, 2009, p. 130).

Esses fatores reforçam ainda mais as desigualdades sociais, que no Brasil são estruturais e que têm sido característica histórica predominante. O Brasil é considerado um dos países de maior concentração de renda e desigualdade social, fatores fundamentais para entendermos o processo de exclusão social (VIEIRA et. alli., 2010) e de pobreza.

Apesar da pobreza não ser sinônimo de exclusão social, ambas mantêm uma relação de proximidade, pois grande parcela dos pobres também são excluídos. Nesse contexto, as desigualdades sociais se aprofundam e os impactos da globalização sobre a economia urbana intensificam ainda mais a relação entre circuito inferior e pobreza, acentuando a exclusão social. A produção da pobreza urbana pode ser facilmente constatada na maioria das cidades brasileiras, não sendo uma exclusividade das metrópoles, já que está também presente nas cidades pequenas.

Portanto, diante dos processos de globalização, da naturalização da pobreza, da expansão do desemprego, da má remuneração, da precarização das relações de trabalho, da fragmentação social dos

trabalhadores, da polarização social e de um crescente empobrecimento da população, podemos dizer que a pobreza, nos dias atuais, não é funcional ou um acaso, mas, sim, um processo estrutural, como apontam os diversos autores acima mencionados.

Além de considerar os fatores de estruturação em escala global – considerando que os processos apontados são globalizados – também devemos ponderar os elementos do local.

As cidades locais são espaços urbanos que atendem apenas às necessidades básicas de sua população, sendo essa uma característica, na década de 1980, utilizada para conceituar esse tipo de cidade, que estava no limite inferior da complexidade urbana, conforme descrito por Santos (1982). Nestes termos, as cidades locais detêm funções urbanas mais simples e estabelecem relações de dependência com outras cidades.

No entanto, no período atual, as cidades locais cada vez mais se caracterizam pela relação e a mistura entre os processos, exigindo que seus conteúdos sejam pensados num híbrido de relações articuladas e complementares. A inseparabilidade dos elementos que constituem cada processo, como se imbricam, quais as relações, a mistura e a síntese se produzem sobre territórios herdados, mesmo os novos processos modificando os espaços, de maneira conflituosa e contraditória, mantêm estruturas passadas. Portanto, os conteúdos que produzem os espaços das cidades locais, podem ser compreendidos em um híbrido - cidades híbridas – ou, melhor dizendo, cidades locais híbridas (ROMA, 2012).

No entanto, o que mais nos interessa, nesse momento, é o contexto em que estão inseridas a realidade dessas localidades. A realidade socioeconômica das cidades locais híbridas se caracteriza pela presença massiva do circuito inferior da economia urbana, uma pobreza relacionada ao desemprego e má remuneração, baixos índices de escolaridade, insuficiência dos equipamentos e serviços urbanos e os principais recursos administrativos são provindos dos fundos de repasses governamentais.

Sendo assim, com base em Roma (2012), podemos dizer que nas cidades locais híbridas, situadas no limite inferior da complexidade urbana, as duas faces da pobreza, a material - relacionada principalmente ao desemprego e má remuneração - e a política - ligada ao assistencialismo e política de favorecimento -, se reforçam mutuamente, constituindo elementos estruturantes de uma pobreza excludente, que é estrutural e globalizada.

Em vista disto, vejamos como se reproduz as questões da pobreza nestas localidades.

Pobreza e circuito inferior da economia urbana

Para melhor compreender a reprodução da desigualdade na economia urbana dos países mais pobres, geógrafos passaram a analisar as cidades através de dois subsistemas da economia urbana: o circuito superior ou "moderno" e o circuito inferior. A teoria dos dois circuitos, formulada na década de 1970, no período atual possui força explicativa na compreensão dos processos.

Segundo Santos (2004 [1979]), o que diferenciaria as atividades do circuito superior das atividades

do circuito inferior seria a tecnologia e o modo de organização do trabalho. Assim, o circuito superior manteria sua base diretamente relacionada à modernização tecnológica e aos grandes monopólios, detentores das novas tecnologias e de poder no mercado financeiro. Por sua vez, o circuito inferior seria formado pelas atividades de pequena escala, como dos pequenos comerciantes, mascates e vendedores ambulantes, voltados para o mercado de consumo local e a população com menor mobilidade (os mais pobres). Mas não se trata de um setor tradicional porque é produto indireto da modernização, e uma parte do seu abastecimento vem do setor moderno, do qual depende (SILVEIRA, 2007.)

Já o circuito superior marginal, nascido sobretudo em função da relevância que adquire a circulação, está próximo do circuito superior pela funcionalidade de seu trabalho, mas se relaciona com o circuito inferior pelo comportamento de seus atores (SILVEIRA, 2004). O circuito superior marginal é importante para difundir novas tecnologias inserindo em sua dinâmica algo moderno, mas, ao mesmo tempo, é residual.

Nas análises de Maria Laura Silveira, a cidade não é apenas lugar do circuito superior, "*mas também do trabalho não especializado, das produções e serviços banais, das ações ligadas aos consumos populares*" (SILVEIRA, 2004, p. 60). Assim, para a autora, o circuito inferior e superior marginal, nos dias atuais, encontra maior desenvolvimento e, acrescenta, os circuitos da economia urbana são "*vasos comunicantes, pois sendo ambos um resultado da modernização, encontram, atualmente, as condições de sua reprodução*" (SILVEIRA, 2004, p. 66).

Os circuitos não são estanques, não podendo ser analisados separadamente, mas são "*vasos comunicantes*" (SILVEIRA, 2007), em movimento, que a cada nova divisão do trabalho modifica suas lógicas e a estruturação do espaço urbano. Nesse sentido, mesmo com a predominância do circuito inferior, como nas locais híbridas, para a estruturação dos circuitos é necessária a dialética entre ambos, que se expressa acoplado à análise da divisão interurbana do trabalho.

Circuito superior e inferior se correlacionam, sendo opostos e complementares e, no período atual de globalização, o hibridismo existente em suas relações se intensifica. Contudo, cada circuito apresenta suas próprias características, mas a complementaridade para o circuito inferior ganha forma de dominação (SILVEIRA, 2007).

No entanto, sem levar em consideração o circuito inferior, a compreensão da cidade é incompleta, principalmente se considerarmos, para as cidades locais híbridas, a relação entre circuito inferior e pobreza, considerando que "*pobreza e circuito inferior aparecem com relação de causa e efeito inegável*" (SANTOS, 2004 [19979], p. 196).

Nossa proposta, para este artigo, é entender a correlação entre pobreza e circuito inferior da economia e sua estruturação em cidades locais híbridas. Sendo assim, no que se refere à pobreza e ao circuito inferior da economia, Santos (1978) demonstra que a abordagem sobre a pobreza urbana deve ser considerada sob os efeitos da modernização, tanto em nível internacional como local, ou o funcionamento da economia pobre com a economia moderna. Nesse sentido, para as cidades locais híbridas, pensar a pobreza urbana através dos circuitos da economia urbana, mais especificamente relacionar pobreza e circuito inferior,

nos permite entender a pobreza material que se processa nesses espaços.

Santos (1978, p.37) aponta que a pobreza urbana, pensada através dos dois subsistemas da economia urbana, está relacionada com o consumo, e que a sociedade urbana é dividida entre os que têm acesso permanente às mercadorias e serviços e aqueles que, com as mesmas necessidades, não estão em condições de satisfazê-las.

Seguindo a linha de pensamento de Santos (1978 e 2004 [1979]) e de Corrêa (1999), verificamos que uma das principais formas – mas não exclusiva – de inserção das cidades pequenas na rede urbana é através da constituição do circuito inferior da economia, destacando, porém, que essa constatação não implica uma tipologia, segundo a qual a metrópole estaria ligada ao circuito superior e as cidades pequenas ao circuito inferior. As cidades pequenas não se inserem na rede urbana unicamente pelo circuito inferior, pois há elos que as articulam também ao circuito superior, mesmo porque ambos compreendem uma totalidade que não pode ser pensada apenas a partir de um deles.

Santos (1978, p. 34-35) explica que:

O circuito superior emana diretamente da modernização tecnológica, mais bem representado atualmente, nos monopólios, não está ligado ao local ou regional, mas sim dentro da estrutura de um país ou de países.

O circuito inferior é formado de atividades de pequena escala, servindo, principalmente, à população pobre; ao contrário do que ocorre no circuito superior, essas atividades são profundamente implantadas dentro da cidade, usufruindo de um relacionamento privilegiado com sua região.

É o que verificamos nas cidades locais híbridas analisadas. Nelas observamos a predominância maciça das atividades de pequena escala característica do circuito inferior. Nesses espaços, o elo entre os dois circuitos da economia se processa nos nexos financeiros e na possibilidade de compreensão do circuito da economia urbana através das relações interurbanas, pois as atividades econômicas urbanas, sendo predominantemente do circuito inferior da economia, fazem com que seus moradores dependam de outras cidades para o acesso a bens e serviços na rede urbana.

No sentido de pensar os nexos financeiros entre os dois circuitos da economia urbana, Silveira (2009, p 69) destaca que:

Os agentes do circuito inferior, que precisavam de liquidez, tornavam-se uma clientela cativa e dependente, e o agiota era um traço de união na economia urbana. As instituições financeiras bancárias e não-bancárias passam a cumprir esse papel. Podemos dizer que, hoje, o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito, para estender suas oportunidades de lucro e, assim, os requisitos exigidos são mínimos.

Ao dotar o território de técnica, ciência e informação, o meio-técnico-científico-informacional intensifica a fluidez, reforçando a importância dos fluxos, sobretudo da circulação de dinheiro, principalmente na Região Concentrada – onde se insere nossa área de pesquisa – que apresenta uma extrema divisão do trabalho e uma relevante vida de relações (SANTOS E SILVEIRA, 2006 [2001]).

Ainda nesse sentido, Silveira (2009) acrescenta que as firmas comerciais, se tornando financeiras,

tem-se orientado em direção às camadas mais baixas, aumentando o consumo, mas com menos oportunidade de produzir. Assim, o consumo dos pobres passa a se realizar crescentemente no circuito superior e “*em consequência, aumenta a distância entre o circuito superior, portador de mais lucros e menos capacidade ociosa, e o circuito inferior, cada dia mais pobre e endividado*” (SILVEIRA, 2009, p.72).

Mesmo nas cidades locais híbridas, que apresentam em sua estruturação a predominância do circuito inferior, a relação entre os dois circuitos se perfaz. A população residente nessas localidades tem acesso aos nexos financeiros e, cada vez mais, o consumo é drenado para o circuito superior e superior marginal, já que a vida de relações é intensa.

Sendo assim, Santos e Silveira (2006 [2001], p. 203) apontam para o efeito do tamanho da população:

O efeito do tamanho tem importante papel na divisão interurbana e também na divisão intra-urbana do trabalho; quanto maiores e mais populosas as cidades, mais capazes são eles de abrigar uma extensa gama de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecendo, desse modo, um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico.

O tamanho populacional é um fator importante para que as funções urbanas sejam destinadas apenas a suprir as necessidades básicas da população. Nesse contexto, essas características não permitem que se desenvolva um elevado número de empregos. Assim sendo, o desemprego torna-se uma questão latente nesses espaços urbanos.

Em todas as cidades estudadas, constatamos que a falta de oportunidade de emprego é um dos principais problemas encontrados, conduzindo a uma elevada pobreza material. Por exemplo, na cidade de Pracinha, dos entrevistados que estão em idade ativa, 36,92% declararam trabalhar e 44,61% não estão trabalhando no momento, pela falta de oportunidades de emprego na cidade. Os serviços e comércios presentes nessas localidades, sendo em número e tamanho reduzidos, geram uma demanda limitada por mão de obra que, na maioria das vezes, é suprida pelo trabalho familiar.

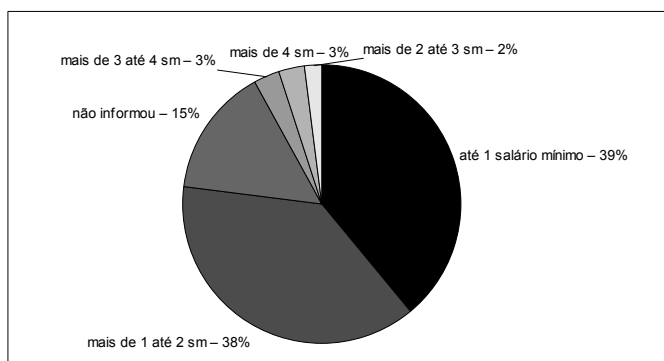
Observamos que, entre os entrevistados, mantém-se a predominância de atividades usualmente exercidas pelos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, pois são atividades que comumente requerem baixo nível de escolaridade, pouca qualificação profissional e, no geral, são mal remuneradas, com destaque para as seguintes: diarista, boia-fria, empregada doméstica, pedreiro, trabalhador agrícola (cortador de cana-de-açúcar), dentre outras. As atividades que se diferenciam das demais foram: professor, funcionário público municipal e trabalhador agrícola como maquinista, tratorista, etc. Ainda nesse sentido, não foi constatado, entre os entrevistados, atividades que usualmente exigem maior qualificação e/ou conferem remuneração mais elevada, como, por exemplo, empresários, advogados, magistrados, médicos, veterinários, engenheiros, dentre outros.

Podemos observar a renda familiar dos entrevistados das cidades de Pracinha, Flora Rica, Mariápolis e São João do Pau D'Alho, nos gráficos um, dois, três e quatro.

Gráfico 1

Pracinha

Renda familiar dos entrevistados - 2010

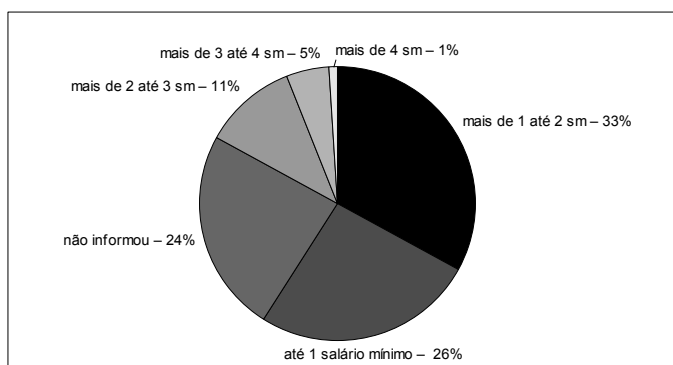


Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Gráfico 2

Flora Rica

Renda familiar dos entrevistados – 2010

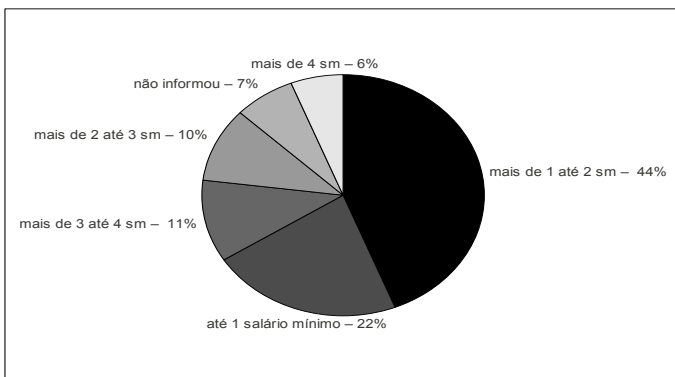


Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Gráfico 3

Mariópolis

Renda familiar dos entrevistados - 2010

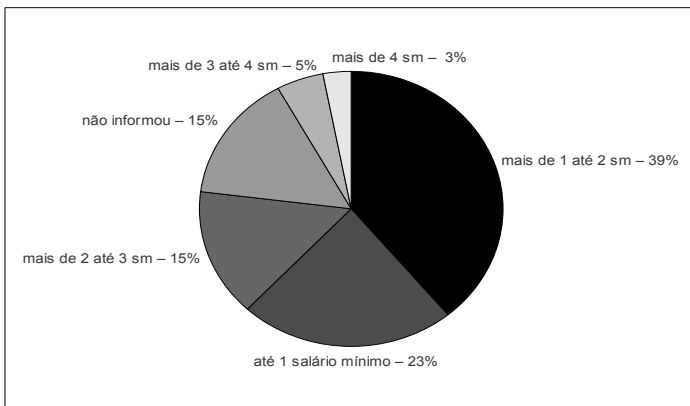


Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Gráfico 4

São João do Pau D'Alho

Renda familiar dos entrevistados - 2010



Fonte: Trabalho de Campo, 2010.

Nas quatro cidades, no que tange a renda familiar dos entrevistados, a maior ocorrência está na faixa de mais de um até dois salários mínimos, seguido dos que declararam renda familiar de até um salário mínimo. Assim, podemos afirmar que a grande maioria dos entrevistados possui baixa renda (mais de 50% em todas as cidades). Entre mais de dois salários mínimos até três salários mínimos, observamos, em São João do Pau D'Alho, 15%, em Flora Rica, 11%, em Mariápolis, 10% e, na cidade de Pracinha, apenas 2% estão nessa faixa de renda familiar. Entre mais de três até quatro salários mínimos, segue São João do Pau D'Alho com 5%, Mariápolis com 11%, Flora Rica com 5% e Pracinha com 3%. Por fim, mais de quatro salários mínimos, representa a menor porcentagem de renda dos entrevistados, sendo para São João do Pau D'Alho 3%, Mariápolis 6%, Flora Rica 1% e Pracinha 3%. Portanto, podemos concluir que temos uma população empobrecida.

Prosseguindo em nossas análises, a fim de relacionarmos circuito inferior e pobreza, devemos ponderar que a prevalência do circuito inferior em uma economia urbana propicia a criação de riquezas, pois sua dinâmica é baseada no trabalho intensivo, ao invés de capital intensivo, fator que proporciona a geração de empregos, diversificação das funções, mas, ainda, prevalece a perpetuação da pobreza.

Silveira (2007, p. 19), ao trabalhar nessa questão, pondera que:

O problema é imaginar que essa economia, que corresponde à maioria da nação e do território, não cria riqueza, emprego nem é produtiva. Na realidade, o circuito inferior e, tantas vezes, o circuito superior marginal criam riqueza mais lentamente e, por isso, menos desigualmente. Com menos capital cria-se mais emprego.

Ainda nesse sentido, mas referindo-se ao mercado consumidor do circuito inferior, Silveira (2004, p. 66) destaca:

A concentração de pobres na Cidade de São Paulo acaba tendo um efeito positivo sobre os volumes produzidos e comercializados. Cria-se um mercado que, apesar das demandas individuais limitadas, constitui, pelo grande número de famílias, um efeito ampliado.

Essa dinâmica é denominada economia da pobreza, pois esses não podem consumir muito, mas são muitos (SILVEIRA, 2004). Portanto, observa-se uma diferença clara entre a dinâmica do circuito inferior existente nas metrópoles, como São Paulo, e o circuito inferior das cidades locais híbridas. Enquanto a concentração de pobres na metrópole permite um efeito positivo sobre os volumes produzidos e comercializados criando um mercado consumidor, nas cidades locais híbridas mesmo o circuito inferior sendo o grande responsável pelo movimento da economia urbana o seu mercado consumidor é restrito e limitado.

Assim, destacamos que o circuito inferior, no contexto das cidades locais híbridas, é produtivo e responsável pela geração de emprego e renda, possibilitando a sobrevivência. Entretanto, apresenta poucas condições de criar riqueza e emprego, pelo pequeno número do seu mercado consumidor, influenciando ainda para manter a incipiência das funções urbanas existentes nessas localidades.

Esses fatores corroboram para que o desemprego, o trabalho mal remunerado e a pobreza sejam questões latentes nesses espaços. Associado a isto, para pensarmos uma relação concisa entre circuito inferior e pobreza, devemos considerar também a localização desses aglomerados, a capacidade de aquisição de bens e produtos e o desvio de oferta e demanda de bens e produtos.

Assim, Santos (1985, p. 10) aponta que o lugar atribui aos elementos constituintes do espaço um valor particular. Cada elemento do espaço – homens, firmas, instituições, meio – adquire características próprias, mesmo estando subordinados ao movimento do todo. O autor destaca que fábricas com o mesmo poder econômico e político apresentam diferenciações de resultados, se considerarmos suas localizações, e também indivíduos, dispendo da mesma formação e virtualidades, “*não têm a mesma condição como produtores, como consumidores e até mesmo como cidadãos*” (SANTOS, 1985, p. 10) devido à localização.

Assim, estar localizado em uma cidade local híbrida, no interior do estado de São Paulo, é um fator preponderante no fortalecimento da pobreza urbana, pois, nesses espaços, as empresas, fábricas e indivíduos não encontram as mesmas condições como produtores, consumidores e cidadãos, intensificando ainda mais o aumento do desemprego e uma diminuição do valor do trabalho.

O desemprego e a baixa remuneração interferem na capacidade de aquisição dos bens e produtos que

dependem da disponibilidade de recursos econômicos, mas “*também pela acessibilidade do bem ou do serviço demandado*” (SANTOS, 1985, p. 64).

Nas cidades locais híbridas, os repasses governamentais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por exemplo, são as principais fontes de recursos disponíveis para o Poder Público local. O número de serviços e equipamentos comerciais reduzido, alta taxa de desemprego e baixa remuneração também são características, e os empregos públicos, em muitos casos – principalmente aqueles que exigem maior qualificação –, são preenchidos por pessoas residentes em outras localidades. Esses fatores nos indicam que a capacidade de consumo de bens e serviços pela população esbarra na disponibilidade financeira.

Outro fator relacionado ao acesso de bens e serviços se refere à acessibilidade, pois sua demanda é suprida em sua grande maioria em cidades maiores. Assim, as pessoas necessitam deslocar-se esbarrando em horários de ônibus, recursos financeiros para tarifa e tempo de deslocamento.

Desta forma, o acesso aos bens e serviços pela população das cidades locais híbridas perpassa pela disponibilidade de recursos financeiros, mas, também, pela questão da acessibilidade.

Esses elementos reforçam, ou são reforçados, pela falta de oferta que acaba por desviar a demanda, reduzindo as possibilidades de oferta. Esse fator se intensifica dependendo das condições das estradas e dos transportes, diminuindo, assim, a importância dos que se encontram abaixo na escala funcional da rede urbana, e “*os indivíduos mais pobres, isto é, os menos móveis (ou mais imóveis), terão dificultado o seu acesso aos bens e serviços de nível compatível com seu poder de compra*” (SANTOS, 1985, p. 84).

Os estabelecimentos existentes nas cidades locais híbridas não dispõem de uma elevada oferta de bens e serviços. A demanda é desviada ou suprida para cidades sub-regionais ou médias. Este fator, por sua vez, reduz a oferta existente nessas cidades devido à falta de demanda. Além disso, esse desvio de demanda tende a elevar o preço dos produtos, reduzindo a clientela e, em pouco tempo, esses estabelecimentos não estarão mais em condições de atender à população local, que buscará os bens e produtos em outros núcleos. Esse processo é constatado em todas as cidades analisadas, sendo o caso mais emblemático o da cidade de Flora Rica, onde apenas 10,53% dos entrevistados declararam adquirir os produtos alimentícios na cidade e, no que tange à aquisição de confecções, calçados e armarinhos, apenas 3,94% dos entrevistados os adquirem exclusivamente em Flora Rica, enquanto 2,64% declararam obter esses produtos em Flora Rica e em outras localidades, fator atribuído aos elevados preços e reduzida oferta dos produtos.

Santos (1985, p. 84), ao analisar os fatores indicados acima, aponta que:

Torna claro que as opções de organização espacial e urbana têm relação direta com as tendências à redução ou ao aumento da pobreza. Se as condições de organização da economia, da sociedade e do espaço conduzem a agravar a pobreza, isto é, a reduzir a participação dos trabalhadores urbanos e rurais no fruto do seu trabalho, a organização do espaço e o perfil urbano resultantes serão um fator suplementar de pobreza, isto é, farão com que os pobres se tornem ainda mais pobres.

O autor acrescenta que a organização espacial tende a contribuir para o aumento da pobreza e que a pobreza também é um fator na organização do espaço. Afinal, as “condições”, as “circunstâncias”, o meio histórico, que é também meio geográfico, devem, paralelamente, ser considerados, pois “*não podem ser reduzidos à lógica universal*” (SANTOS, 2006 [1996], p. 125).

Portanto, nessa organização espacial do ponto de vista econômico, as “*cidades pequenas se acham em uma posição incômoda. Algumas vegetam, outras desaparecem, outras tantas resistem como sede de empresas sublocadas, cidades dormitórios ou reservatórios de mão-de-obra*” (SANTOS, 1980, p. 105).

No entanto, podemos dizer que esta estreita relação da cidade local híbrida e circuito inferior da economia propicia a estruturação da pobreza, que se processa nas incipientes funções urbanas, na precariedade dos serviços e equipamentos urbanos, na questão do desemprego e da má remuneração, na redução do valor do trabalho, na localização, no acesso aos bens e produtos e no desvio de demanda. Portanto, as características presentes nas cidades locais híbridas propiciam uma organização espacial que conduz à pobreza urbana, sendo que “*pobreza e circuito inferior aparecem com relação de causa e efeito inegáveis*” (SANTOS, 2004 [1979], p. 196).

Devemos ressaltar que, mesmo ocupando uma posição incômoda e estruturando, pelos fatores apontados, a pobreza material, a permanência das cidades locais híbridas se faz como reserva de mão de obra, mas também pela questão da moradia e das relações familiares e de amizade. Nas cidades de São João do Pau D'Alho, Pracinha, Mariápolis, Inúbia Paulista, Flora Rica e Arco-Íris, 73,00%, 82,00%, 78,00%, 61,00%, 88,00% e 75,00% dos entrevistados, respectivamente, declararam possuir casa própria, sendo este um dos fatores que justificam a permanência nessas localidades. Além do mais, quando perguntados se gostam de morar nas cidades, a grande maioria aponta que sim, e um dos principais fatores de permanência é a convivência entre as pessoas, as relações de amizade e as relações familiares.

No entanto, para além da pobreza entendida em seus aspectos materiais, há também a pobreza imaterial, que é o “outro lado da mesma moeda”, a pobreza política (DEMO, 2003 [1986]). Corroboramos com Demo (2006) ao destacar que a dimensão econômica da pobreza continua central e decisiva, mas apontar a dimensão política é essencial para compreensão da pobreza em seus múltiplos aspectos.

Pobreza política: as relações entre os agentes/sujeitos sociais e a visibilidade dos processos

Ao discutirmos a questão da pobreza política, devemos pontuar que no Brasil, por ser um país marcado por pobreza estrutural globalizada, há a extrema necessidade de políticas públicas de distribuição de renda. Nos últimos 10 anos, as políticas públicas de assistência social têm promovido inúmeras mudanças para que a distribuição de renda seja concretizada para além do assistencialismo. Assim, devemos frisar os avanços de combate à fome, considerando que “*a fome é a face mais cruel da desigualdade e da pobreza*” (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 52), e também de autonomia, sendo este o principal objetivo das políticas públicas, como destaca Silva (2003, p. 58):

A assistência social enquanto política pública reconhece o cidadão como sujeito de direito e o Estado como instituição que tem o dever de atendê-lo. Por seu turno, o Ministério da Assistência Social exerce a função de articulação entre as políticas setoriais básicas.

No entanto, Pedro Demo, que vem trabalhando com o tema da pobreza política desde 1986, aponta que na primeira parte de 2006 sente-se provocado a reescrever o texto sobre pobreza política, pois “*assaltamos a constatação de que a pobreza política, não mudou, substancialmente. A população continua “massa de manobra” (...)*” (DEMO, 2006, p. 01).

O que observamos em nossa área de estudo, após inúmeros trabalhos e observações de campo, é que, mesmo após haver inúmeras mudanças, a política de assistência social, em alguns aspectos, ainda continua se transformando em assistencialismo com todos os seus desdobramentos.

No Brasil, a pobreza política se configura em assistencialismo. E é justamente a questão da política assistencialista, atrelada ao compadrio e favorecimento, que se reforçam pela visibilidade dos processos sociais e proximidade espacial, que vem se perpetuando nas cidades locais híbridas (Demo (2003 [1986])). Assim, as características típicas desses aglomerados podem propiciar a pobreza material, mas também reforçam cada vez mais a pobreza política.

Como destaca Endlich (2006, p. 391):

(...) as diferenças entre as grandes e pequenas cidades não são apenas referentes aos quilômetros quadrados que ocupam suas edificações e nem somente quanto ao seu volume demográfico, mas estão nas relações e interações que existem no âmbito das mesmas.

As dinâmicas próprias das cidades pequenas, neste contexto de cidades locais híbridas - como as relações entre os agentes sociais/sujeitos e a visibilidade dos processos -, são as principais diferenças que devem ser discutidas. Assim, torna-se possível compreender como a pobreza política se perpetua, ou seja, mesmo alterando a conjuntura política não se altera a ideologia assistencialista.

As ações dos agentes sociais/sujeitos são marcadas por características reconhecidas como interioranas, típicas de um modo de vida de uma cidade pequena, entre as quais podemos citar, por exemplo, as relações de proximidade, como as de compadrio, favorecimento e vizinhança. Sabemos, também, que nas grandes e médias cidades, esses fatores estão presentes, mas, nas cidades locais híbridas, isso pode ser vivido e percebido com mais força e visibilidade.

A pobreza política está enraizada em questões ligadas ao compadrio e ao favorecimento. Nesse sentido, nos permite pensar as relações entre os agentes sociais/sujeitos, marcada por proximidade, compadrio, favorecimento, tornando-se, então, fundamental analisar a questão do coronelismo no Brasil e, também, nesse mesmo sentido, pensar o patrimonialismo, pois constituíram estruturas que marcaram o processo de formação socioespacial da sociedade brasileira. Observamos essas questões ao analisar a obra de Vítor Leal Nunes – Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil, (1975 [1949]) –, o trabalho de Vilaça e Albuquerque – Coronel, coronéis, (1988 [1965]) –, como, também, dentre outras, a obra de Faoro – Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro (1984 [1959]). Ao

analisarmos as obras percebemos que as questões tratadas pelos autores, após mais de meio século, não estão desatualizadas, pois essas dinâmicas se reproduzem nas cidades por nós estudadas, considerando as respectivas mudanças de período e contexto.

Nunes (1975 [1949], p. 255) destaca que o fortalecimento do poder público não tem sido acompanhado do enfraquecimento do “coronelismo”, mas tem contribuído, ao contrário, para consolidar o sistema, pois:

garantindo aos condutores da máquina oficial do Estado quinhão mais substancial na barganha que o configura. Os próprios instrumentos do poder constituído é que são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residual dos “coronéis”(...).

Também Vilaça e Albuquerque (1988 [1965], p. 25), analisando o coronelismo, apontam para a institucionalização do sistema nas figuras do prefeito, dentre outros, e destaca que esse chefe político – prefeito – tem muito dos métodos, atitudes características coronelistas:

Assim, o coronel, por força de seus poderes e domínios, torna-se senhor também de povoados, de vilas; de cidades e de municípios. Dono também de riquezas, de terras, de boiadas; dono até de gentes. Essa situação como que se prolonga no tempo, por força do relativo imobilismo social e cultural e da rigidez da estrutura econômica. E chega até nossos dias.

Nesse sentido, Davids (1968) ressalta que, ao procurar o coronel do café, encontrou o coronel urbano. O coronel da cidade identificava-se com o coronel do café, pois ambos utilizavam as mesmas formas de controle para manter a dominação e o *status quo*, ou seja, mantendo uma relação de compadrio e amizade, o coronel da cidade é aquele que dá o emprego, entre outras coisas.

Os autores realizaram suas análises nas décadas de 1940 e 1960, mas, ainda hoje, é possível encontrar os coronéis da cidade, transformados, por exemplo, em prefeitos que utilizam as benfeitorias públicas e as relações de amizade e de compadrio para manter cativo seu eleitorado, fator presente nos elementos que constituem a realidade das cidades locais híbridas, como observamos.

Entretanto, no que consiste o coronelismo? Quais os elementos desse sistema? Já de início nos parece interessante elencar dois elementos que, segundo Nunes (1975 [1949]), favorecem a constituição e fortalecimento do sistema coronelista. Para o autor, a fraqueza financeira dos municípios contribui para manter o coronelismo na sua expressão governista e, acrescenta, que esse sistema tem seu *habitat* preferencialmente nos municípios rurais, ou predominantemente rurais.

Em nossa área de estudo, a questão da pobreza material é muito latente, e são cidades marcadas pela relação entre a tríade rural/urbano/agrícola. Isso demonstra que os elementos constitutivos dessa realidade contribuem para manutenção do sistema coronelista.

Para Nunes (1975 [1949]), o coronelismo é uma forma peculiar de manifestação do poder privado, que tem conseguido coexistir em um regime político de base representativa. Por isso, o coronelismo é um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público e os chefes locais.

Ao estudar a imprensa e o coronelismo, Melo (1995) destaca que a contradição básica está na apropriação do Estado pela via do patrimonialismo, e o coronelismo se expressa no interior desse processo.

Nessa acepção, o patrimonialismo, acoplado à questão do poder público, indica que para estruturação do sistema é necessário que os recursos econômicos e administrativos “*dependam do poder soberano ou do poder público, que atua por meio de concessões, subsídios e autorizações*” (FAORO, 1993).

O coronelismo, ao se expressar no interior do patrimonialismo, reforça a cooptação do poder público pelo privado, pois o patrimonialismo rege-se por uma racionalidade de tipo material, reforçando os compromissos de trocas e proveitos. Essa troca de proveitos entre o poder público e o chefe local – prefeito – são formas utilizadas para que se mantenham no poder. Assim, observamos que os problemas são “resolvidos”, nessas localidades, de maneira parcial e pontual: com doação de óculos, uma ambulância em casos “excepcionais”, resolve-se um problema numa casa, dá-se um emprego, etc. E essas relações podem ser observadas, ainda, quando os entrevistados apontam que alguns dos problemas encontrados nas cidades são: a “*parcialidade em concursos públicos*”; “*a política do favorecimento para os que apoiam o prefeito*”; “*uma das vantagens de se morar na cidade é a presença de ambulância*”; “*ser sobrinho do prefeito*”, falas, estas, que demonstram como a política do favorecimento faz parte do espaço vivido dessas pessoas (ROMA, 2008), pois, a utilização do dinheiro, dos serviços e dos cargos públicos é um processo usual de ação partidária (NUNES, 1975 [1949]).

Nesse processo há uma intencionalidade: manter as necessidades da população, ou seja, do eleitorado, para que possa a todo o momento estar “doando” benfeitorias e, ao manter o vínculo entre “doador” e “receptor”, mantém, ao mesmo tempo, o poder.

Assim, se processa a presença do mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. Tudo exige um esforço que chega ao heroísmo, fortalecendo a liderança municipal. Nesse processo, conseguem comandar um lote considerável de votos de cabresto. Este tipo de voto significa, no plano político, “*a luta como o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’*. *Ai estão os votos de cabresto*” (NUNES, 1975 [1949], p. 25).

Esse sistema tem uma supremacia econômica, mas “*adocicadas pelo compadrio*” (VILAÇA E ALBUQUERQUE, 1988 [1965], p. 30). O compadrio prolonga a família dos coronéis.

Essa relação de amizade, de compadrio e a cooptação da Poder Público para manutenção do poder, se processa em assistencialismo com todos os seus desdobramentos, e pode ser claramente observado na cidade de São João do Pau D’Alho pela existência da pobreza material: 72,13% dos entrevistados utiliza a assistência social oferecida pelo município e apenas 27,87% declararam não utilizar esse serviço.

No entanto, os percentuais da assistência social empregada nessa cidade, e também nas demais, são transformados em números de votos, pois, como apontam os entrevistados: “*o prefeito é tão bom que ele paga consulta particular do bolso dele*”; “*o prefeito é um paizão, se a gente está necessitando ele dá comida*”.

Para Demo (2001, p. 10):

Cada vez mais fica claro que não é imaginável resolver a pobreza sem a participação do pobre. Com efeito, uma política que pretende reduzir os níveis quantitativos da pobreza, pode até distribuir benefícios e minorar compensatoriamente a fome, mas agrava a pobreza política, porque recria o esmolar, ou seja, aquele que troca a comida pelo cabresto (CEPAL/PNUD/Unicef, 1984; Silva Pinto, 1984; Carley & Bustelo, 1984).

Como se processa nessas localidades a questão da pobreza material, as necessidades da população devem ser supridas por Políticas Públicas. No entanto, quando o prefeito paga consulta do “bolso”, se torna um “paizão” e dá comida, não estamos, somente, no âmbito da assistência social, mas, sim, do assistencialismo exacerbado, recriando o esmolar, a verdadeira troca de comida pelo cabresto.

Segundo Maricato (1996, p. 14):

A formação calcada no favor constitui a negação da universalidade dos direitos (embora previsto na ordem legal) ou a negação da cidadania e da dignidade. Ela está na essência da confusão entre a coisa pública e os negócios privados, na confusão entre governo e Estado (pelas camadas pobres) submetido a relações pessoais.

No momento em que as pessoas passam a viver de favor, perdem seu direito à cidadania, que seria condição, como diz Maricato (1996), para reforçar a dignidade. Esse direito garante-lhes, segundo Costa (2001), o conjunto de sistemas sociais básicos – o social, o econômico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas. Esses “favores” fortalecem cada vez mais a figura do “padrinho”, que protege e ajuda seus protegidos.

Vilaça e Albuquerque (1988 [1965], p. 40) afirmam que o voto de favor se torna objeto de negócio, indicando que o voto de cabresto passa para o voto mercadoria:

Em fase mais recente, voto vale dinheiro. Origina-se, então, todo um complexo mecanismo de mercado, em torno da mercadoria-voto, de que não se ausenta enorme especulação que lhe determina o preço.

O voto mercadoria², nas cidades analisadas, se processa pré-eleição e estende-se no mandato através dos favores, doações etc.

A política do assistencialismo, do apadrinhamento e do favor, é tão forte e é personificada na figura do prefeito, ou seja, dos coronéis que, segundo entrevistados: “*tudo que precisa, seja ambulância, remédio é só ir falar com o prefeito que ele dá*”. Essas relações estão enraizadas nas práticas políticas, não sob um ponto de vista politizado, mas no sentido de dependência e, também, na aquisição de vantagens pessoais e benefícios próprios.

Podemos afirmar esse fato, pois, em uma das cidades estudadas, o prefeito aponta que na sua gestão as questões de assistência social são tratadas somente pela Secretaria de Assistência Social, ou seja, o

² Como exemplo do voto mercadoria, podemos citar um fato ocorrido na última eleição municipal, quando um eleitor residente em outra localidade, há mais de 10 anos, que ainda mantém o título de eleitor em uma das cidades locais híbridas analisadas, não tinha candidato para vereador e declarou que votaria em quem lhe desse alguma coisa. Um dos candidatos a vereador, lhe deu 25 litros de combustível e, em troca, recebeu seu voto, vendido enquanto mercadoria. Essa dinâmica não é pontual, mas faz parte das práticas políticas das cidades analisadas.

prefeito, pessoalmente, não atende mais estas solicitações. Justamente, nessa localidade, ao perguntarmos aos entrevistados quais os problemas encontrados na cidade, obtivemos as seguintes respostas: “o prefeito é muito ruim, ele não dá nada, não atende a gente”; “bom nessa cidade é a primeira dama, ela sim tá trabalhando bastante na assistência social, ajuda muito as pessoas da cidade”; “um dos problemas da cidade é que a assistência social está cortando todo mundo, não dá mais nada”.

Mesmo sendo a “primeira dama” quem, principalmente, atende a população na assistência social, percebemos que está havendo, dentro dos limites, uma política de assistência social que é criticada e vista como ruim pela população. Assim, pobreza não pode ser definida apenas como carência material. Se assim fosse, não teria causas sociais. “Talvez uma definição razoável seja aquela que atende como expressão do acesso às vantagens sociais” (DEMO, 2001, p. 13).

A pobreza é sempre humilhação, degradação, subserviência, e não somente fome e coisa parecida. Assim, dentro das possibilidades dadas, deve-se constituir a autonomia relativa enquanto sujeito (Demo, 2006). Acrescenta-se: sujeito de direitos.

Como sublinhado por Demo (2006, p. 17), no período atual, “o pobre continua marginalizado, mas sente-se incluído porque recebe alguns benefícios residuais”, pois essas são artimanhas pretensamente inclusivas, mas que inclui na margem. Assim, podemos dizer que as soluções dos problemas, com base no assistencialismo e no favor, não constituem uma verdadeira cidadania, dignidade e autonomia, já que inclui na margem e são formas constitutivas de manutenção do poder.

A pobreza política deve ser entendida em sua complexidade, pois, segundo Demo (2006, p. 26), a pobreza política não é outra pobreza:

mas o mesmo fenômeno considerado em sua complexidade não linear. A realidade social não se restringe à sua face empírica mensurável, mas inclui outras dimensões metodologicamente mais difíceis de reconstruir, mas, nem por isso, menos relevante a vida das sociedades e pessoas. Estamos habituados a ver pobreza como carência material, no plano do ter: é pobre quem não tem renda, emprego, habitação, alimentos etc. Essa dimensão é crucial e não poderia, em momento algum, ser secundarizada. Mas a dinâmica da pobreza não se restringe a escala material do ter. Avança na esfera do ser e, possivelmente, alcança aí intensidades ainda mais comprometedoras.

Destacamos, novamente, que essas características também são percebidas em cidades com nível populacional mais elevado, como, por exemplo, Osvaldo Cruz-SP (ROMA, 2008), mas de forma mais indireta que nas cidades locais híbridas, o que demonstra como as relações entre os agentes sociais modificam-se dependendo do contexto e da escala a que estamos nos referindo. Assim, quanto menor o contingente populacional de uma cidade, maior a visibilidade e a ocorrência dos processos de apadrinhamento e favorecimento por parte dos agentes sociais. É por isto que a realidade dessas localidades é calcada no favor. As políticas públicas, tanto de assistência social, como até mesmo de saúde, cultura dentre outras, que são destinadas a suprir as necessidades da população, passam a ser colocadas como favor.

A questão da visibilidade dos processos sociais, que tem sua base na proximidade espacial, é mais um elemento das dinâmicas apresentadas. A visibilidade dos processos sociais é tão marcante que quase

todos os moradores da cidade sabem o que ocorre com cada indivíduo, ou seja, as doenças, necessidades, festas, nascimentos, dentre tantos outros elementos. Em cada casa, nas praças, nos bares, em cada conversa, os problemas individuais são discutidos na escala da cidade.

A visibilidade, sendo um elemento constitutivo da realidade de cidades pequenas, permeia outros processos, como o fortalecer da dimensão imaterial da pobreza – a pobreza política. O contingente populacional, que nos permite destacar o conhecimento mútuo, imputa os movimentos por mudança, pois os sujeitos podem ficar “marcados” por toda uma população como aqueles que estão contra o prefeito (ou seria melhor coronéis?) e poderiam de certa maneira deixar de receber os favores que são “doados”.

Assim, destacamos que este ponto se reveste de extrema relevância. O sentimento de superioridade, ou distinção social, de conhecimento dos problemas individuais e das trocas de favores estende-se praticamente por toda a cidade, pois o grau de proximidade e conhecimento entre as pessoas é maior que em outras realidades urbanas, deixando claro quais são as regras do jogo, o que reforça, portanto, a dimensão imaterial da pobreza.

Considerações finais

Podemos dizer que a pobreza no Brasil, como destacado por Santos (2004 [2000]), deixa de ser uma pobreza incluída - nas quais as soluções eram privadas, assistencialistas e locais – e passa para uma pobreza estrutural globalizada. No entanto, as soluções para este tipo de pobreza, nas cidades locais híbridas, são típicas de um momento anterior, no qual se destaca as soluções privadas e assistencialistas, demonstrando que, em boa parte das cidades, ainda perdura as questões pessoais que estão no limite entre assistência social e assistencialismo – leia-se assistencialismo como favorecimento e compadrio.

Pensamos que as soluções privadas e assistencialistas, que se perpetuam e são bases para a estruturação da pobreza política, não podem ser consideradas enquanto incluída e menos discriminatórias, mas, sim, fortalecedora dos processos que excluem o fator cidadania, considerando, que a formação calcada no favor nega a cidadania e a dignidade (MARICATO, 1996). A questão da cidadania é um dos temas, no momento atual, na discussão da geografia política (CASTRO, 2009).

Nossa análise sobre as relações entre os agentes sociais/sujeitos e a visibilidade dos processos nos permite afirmar que, para as cidades locais híbridas, é nesta escala de análise que se processa a estruturação da pobreza política. As questões correlacionadas ao corolenismo e ao patrimonialismo é um dos vieses que nos permite pensar a pobreza para além das aspectos materiais, como expressamos, ao demonstrar as relações de compadrio, amizade e favorecimento, presentes na realidade das cidades analisadas.

Na discussão sobre pobreza material, destacamos que as cidades locais híbridas analisadas, que estão no limite inferior da complexidade urbana, mantêm, em suas estruturações, a relação entre o circuito inferior da economia urbana e a pobreza, nos permitindo, nesse sentido, reafirmar as análises de Milton Santos ao correlacionar essas duas dinâmicas.

Portanto, podemos dizer que nas cidades locais híbridas, situadas no nível inferior da complexidade urbana, as duas faces da pobreza, a material – relacionada, principalmente ao desemprego e má remuneração – e a política – ligada ao assistencialismo e política de favorecimento –, se reforçam mutuamente, constituindo elementos estruturantes de uma pobreza excludente, que é estrutural e globalizada.

Os elementos dessa realidade urbana propiciam a constituição de um circuito de pobreza urbana. A pobreza urbana possui um caráter cumulativo e multidimensional que impede uma explicação única e linear dos processos. Assim, pobreza urbana é um processo que reproduz circuitos de pobreza e, em sua multidimensionalidade, nos permite pensar que um mesmo processo está relacionado a diversos e diferentes elementos.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Perenidade e superfluidade do trabalho: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho. In: **Revista Terra Livre**, n. 27, 2006.

CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política: territórios, escalas de ação e instituição**. 2. ed., Bertand Brasil, Rio de Janeiro, 2009.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**. Ano IV, nº6. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p.43-53

COSTA, B. A.. **Exclusões Sociais**. Lisboa: Fundação Mário Soares. Edição gradiva. 2ª ed. 2001.

DAVIDS, C. Neusa. **Poder Local: Aparência e Realidade**. 1968. Tese de Doutorado (Ciência política) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de Campinas.

DEMO, P.. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas: Armazem do Ipê, 2006.

ENDLICH, Ângela. M. **Pensando os Papeis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**, Presidente Prudente (tese de doutorado em Geografia) 2006.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5ª ed., v. 2, Porto Alegre, Globo, 1979. pg. 620-654, 731-748.

_____. **A aventura liberal numa ordem patrimonialista**. IN: Revista USP, São Paulo, n. 17, 1993.

MARICATO, Ermínia, **Metrópole na periferia do capitalismo: Ilegalidade, Desigualdade e Violência**, São Paulo, Hucitec, 1996.

MELO, Jayro G.. **Imprensa e coronelismo**. FCT/UNESP-CNPQ, Presidente Prudente, 1995.

NUNES, V. Leal. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo**, no Brasil. 2. Ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975 [1949].

QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: ¿ hay otras solidas?. IN: Rev. **Venezuelana de economia y ciencias sociales**, v. 10, n. 1, ener./abr., 2004.

ROMA, M. Cláudia. **Segregação socioespacial em pequenas cidades**. Unesp/Faculdade de ciências e tecnologia, Presidente Prudente, 2008. Dissertação de mestrado

_____, M. Cláudia. **O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço: um híbrido**. Unesp/Faculdade de ciência e tecnologia, Presidente Prudente, 2012. tese de doutorado

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1978.119p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2004 [2000].

_____. **A urbanização desigual** :a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis: Vozes, 1980.

Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Espaço e Sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Trad. MyrnaT.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004 [1979].

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 4. ed. 2006 [1996].

_____; SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil: território e sociedade do século XXI**. 9ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2006 [2001].

SILVEIRA, M. Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. *IN: CDC*, sep. 2004, vol.21, n.57, p.3-22. ISSN 1012-2508.

_____. São Paulo: os dinamismos da pobreza. *IN: Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. de. (orgs). Contexto: São Paulo, 2004.

_____. Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os dois circuitos da economia urbana. *IN: X Simpurb*, Florianópolis. 2007.

_____. Globalización y territorio usado: imperativos y solidariedades. *IN: Cuadernos del cendes*. Ano 25, n. 69, terceira época, set/dez., 2008.

_____. Globalización y finanzas: circuitos de la economía urbana em la ciudad de San Pablo. *IN: X Seminario Internacional de la RII*, Santiago de Querétaro, México, maio de 2008.

_____. Finanzas, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. *IN: Caderno CRH*, Salvador, v.22, n. 55, jan/abr. 2009.

SILVA, J. Graziano da. O combate à fome no Brasil. *IN: Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. WERCHEIN, J.; NOLETO, J. M. (orgs), Brasília, Unesco, 2003.

THOMAZ JUNIOR, Antônio; GONÇALVES, M. Andrade. Informalidade e precarização do trabalho no Brasil. *In: Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: (Limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos)*.v. 3., Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009. tese de livre docência

VIERIA, A. Bergamin; FURINI, L. Antonio; NUNES, M.; LIBÓRIO, M. Coimbra. Exclusão social: a

formação de um conceito. IN: **Exclusão social em cidades brasileiras; um desafio para as políticas públicas**. MELAZZO, E. Santos; GUIMARÃES, R. Borges (orgs.), São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

VILAÇA, M. Vinício; ALBUQUERQUE, R. C. de. **Coronel, coronéis**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Niterói: Universidade Federal Fluminense/EDUFF, 1988 [1965].